



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº111/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição com compra programada e parcelada de papéis e demais produtos sanitários, incluindo fornecimento e instalação, em regime de comodato de dispensers, bem como aquisição de sacos descartáveis para coleta seletiva de lixo, por um período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 GRUP 01 A - PAPÉIS SANITÁRIOS, MATERIAL DE HIGIENE E DESCARTÁVEIS

Item	Quant	CATMAT	Descrição
01	180 cx	327038	Papel higiênico tipo interfolhado, folha dupla, cor branca, classe 1 conforme classificação da ABNT 15464, material 100% fibra celulose virgem com PH neutro, inodoro, desagregável em água, gramatura mínima de 20 g/m ² e espessura mínima de 0,0095 <i>mícron</i> , medida da folha: 11,5 x 21 cm. Pacote com 250 folhas – Caixa com 48 pacotes.
02	325 cx	320029	Papel toalha interfolhado, folha simples e gofrada, classe 1 conforme classificação da ABNT 15464, medida aproximada da folha 21,5 x 22,5cm, produto absorvente, composição 100% fibras virgem, alvura maior que 87% (Conf. ABNT NBR NM ISO 2470:2001), gramatura mínima de 38g/m ² (Conf. ANBT NBR NM ISO 536:2000), maços embalados individualmente, com certificação FSC®. Pacote com 250 toalhas – Caixa com 24 pacotes.
03	54 cx	312074	Sabonete líquido, para lavagem de mãos em uso geral, para utilização em ambientes diversos, fragrância suave e com alto poder de cobertura, fórmula que evita o ressecamento das mãos, produto biodegradável, para uso em dispenser com sistema de liberação em spray. Produto selado, em concentração adequada para pronto uso. Refil com 400 ml - Caixa com 6 refis.
04	15 cx	339177	Protetor descartável para assento sanitário, material 100% fibra celulose virgem Caixa com 600 folhas (6 refis x 100 folhas)
05	05 cx	307471	Saco descartável em polietileno para absorvente – Medida aproximada 28 x 14,50 Pacote com 60 saquinhos – Caixa com 10 pacotes.
06	45 cx	479542	Higienizador de assento sanitário, para uso em dispenser com sistema de liberação em spray. Refil de 300 ml – Caixa com 2 refis.
07	40 cx	273231	Antisséptico líquido para mãos e braços, capaz de eliminar 99% dos germes, composição à base de álcool, fórmula com hidratante em sua composição, para uso em dispenser com sistema de liberação em spray – Refil de 300 ml - Caixa com 6 refis
08	12 cx	326030	Placa higiênica filtrante perfurada para mictório, cor azul, dimensões aproximadas 16cm x 16cm x 0,01cm - Caixa com 12 unidades



1.3 GRUPO 01 B - DISPENSERS (Comodato)

Item	Quant	Descrição
01	50 Un	Dispenser para Papel higiênico - com capacidade mínima de 250 folhas, fixo à parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.
02	40 Un	Dispenser para papel toalha (toalheiro) infertolhada - com capacidade mínima de 250 folhas, fixo à parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.
03	32 Un	Dispenser para Sabonete (saboneteira) - com capacidade para 400 ml, com acondicionamento por pressão frontal manual, fixo à parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.
04	43 Un	Dispenser para Protetor de assento sanitário – com capacidade de 500 fls, fixo a parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.
05	26 Un	Dispenser para Saco descartável para absorvente – com capacidade de 25 sacos, fixo á parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.
06	44 Un	Dispenser para Higienizador de assento sanitário - com capacidade para 300 ml, com acondicionamento por pressão frontal manual, fixo à parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.
07	28 Un	Dispenser para antisséptico líquido com capacidade para 300 ml, com acondicionamento por pressão frontal manual, fixo à parede, com visor de abastecimento, cor branca, confeccionado em plástico abs de alta resistência e baixa densidade.

1.4 GRUPO 2 – SACOS DESCARTÁVEIS PARA COLETA DE LIXO

Item	Quant	CATMAT	Descrição
01	40 Pt	411828	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 100 litros/20Kg, reforçado, na COR PRETA , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 75cm de largura x 105cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes ,sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.
02	07 Pt	403318	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 100 litros/20kg, reforçado, na COR VERMELHA , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 75cm de largura x 105cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes ,sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.
03	07 Pt	411825	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 100 litros/20Kg, reforçado, na COR AZUL , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 75cm de largura x 105cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes ,sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

WWW.CRQSP.ORG.BR

04	60 Pt	376222	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 50 litros/10Kg, na COR PRETA , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 63cm de largura x 80cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes, sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.
05	65 Pt	376222	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 50 litros/10Kg na COR VERMELHA , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 63cm de largura x 80cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes, sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.
06	50 Pt	403320	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 15 litros/3Kg, na COR PRETA , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 39cm de largura x 58cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes, sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.
07	40 Pt	403320	Saco plástico para coleta de resíduo domiciliar, Classe I, Biodegradável, com capacidade para 15 litros/3Kg, na COR VERMELHA , com descrição nominal em litros, confeccionado em resina termoplástica virgem ou reciclada, de acordo com as especificações contidas na norma ABNT NBR 9191, última versão, nas dimensões de 39cm de largura x 58cm de altura mínima, com solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio, de fácil separação e abertura das pacotes, sem provocar danos ao saco. O produto deverá vir em embalagem contendo 100 (cem) unidades de sacos cada.

- 1.5 Havendo divergências entre o código CATMAT ou a descrição dos materiais do sistema COMPRASNET, com o apresentado neste termo de referência, prevalecerá a última, salvo disposição expressa do Pregoeiro.
- 1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.7 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.8 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 1.8.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que eles são essenciais para a manutenção da higiene pessoal, prevenção de doenças e a manutenção da limpeza e a coleta seletiva de resíduos na edificação, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as informações contidas no Estudo Técnico Preliminar
- 1.9 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 conforme detalhamento a seguir:

- I) Id do item no PCA: Itens 10 e 18.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Sustentabilidade:

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 Visando atender a Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG/SLTI, a empresa contratada deverá realizar procedimentos que priorizem a economia da manutenção e operacionalização das atividades, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

a) A contratada deverá cumprir integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância;

b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, cumprindo a legislação vigente;

c) Cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.3 Para a fabricação dos produtos objetos da presente contratação, são utilizados diversos produtos químicos, considerados tóxicos, que dessa forma necessitam de adequados tratamentos quanto às destinações, a serem realizadas pelas empresas do ramo, tendo em vista minimizar os impactos ambientais, a vencedora deste certame deverá se atentar em repassar produtos de empresas que sigam os processos e a legislação pertinentes as questões ambientais.

4.1.4 Para a realização do transporte dos produtos ofertados a Contratada deverá utilizar veículos que estejam devidamente revisados e que atendam às legislações ambientais, se atentando aos componentes necessários para emitir o mínimo possível dos diversos resíduos que prejudicam o meio ambiente.

4.1.5 Conforme o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – CGU:

a) Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos “Para a gestão de operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação,



a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010 e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.”

4.2 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2.1 Na presente contratação não será admitida a indicação marca(s), a não ser as características elencadas nas Tabelas dos Grupos 1A/1B e GRUPO 2 para fins de padronização e personalização de acordo com as demandas desta Autarquia.

4.3 - Da exigência de amostra

4.3.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2 Serão exigidas amostras conforme indicações a seguir:

4.3.2.1 - Em relação ao GRUPO 01- A e GRUPO 01-B a licitante vencedora deverá entregar no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após sua classificação:

- I** – Amostra dos papéis sanitários e demais itens que compõem o GRUPO 01-A;
- II** – Ficha técnica do fabricante constando todas as especificações relacionadas aos produtos;
- III** – Laudos microbiológicos, conforme Resolução DC/ANVISA Nº 640 DE 24/03/2022, emitido pelo IPT ou laboratório acreditado pela REBLAS, para os itens papel toalha e papel higiênico;
- IV** – Laudos de classificação, irritação cutânea, primária, cumulativa e laudo de sensibilização (emitido pelo IPT ou laboratório acreditado pela REBLAS) conforme norma ABNT NBR 15134;
- V** - Respectivas fichas de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ) dos produtos classificados como tal dentro do grupo;
- VI** - Amostra de dispensers relacionados na tabela do GRUPO 01-B;

4.3.2.2 - Em relação ao GRUPO 02 (dois) - sacos de lixo, a licitante vencedora deverá entregar no prazo máximo de 10(dez) dias úteis após sua classificação:

- I** - Amostra dos sacos de lixo, em embalagem lacrada pelo fabricante, com identificação dos produtos. Deve-se observar, quanto à identificação da embalagem, o que consta na NBR 9191, ou última versão da norma, assim como as exigências citadas nos artigos 273, 280, 281 e 283 do decreto 7.212 de 15.06.2010.
- II** - Ficha técnica do fabricante constando todas as especificações relacionadas ao produto;
- III** - Laudo analítico (emitido pelo I.P.T - Instituto de Pesquisas Tecnológicas ou outro laboratório acreditado pela REBLAS comprovando o atendimento às exigências estabelecidas nas normas da ABNT NBR 9191 e últimas versões, caso ocorram;



IV - Laudo de biodegradação, conforme ASTM D5511:12 / ISO DIS 15.985, ou similar, emitido por laboratório de notória especialidade, nacional ou internacional. No segundo caso, com a respectiva tradução juramentada.

- 4.3.3 As amostras deverão ser entregues no endereço Rua Oscar Freire – 2039 – Pinheiros – São Paulo – CEP 05409-011 – 2º Andar – A/C: Gerência de Infraestrutura - GIE , no prazo limite de 10 (dez) dias corridos, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.3.4 É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.3.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.3.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 4.3.6.1 - A partir do recebimento de todas amostras e laudos, conforme item 4.3 deste termo de referência, a contratante procederá com as verificações de atendimento às exigências do Edital, conforme especificações constantes nas tabelas 1.2, 1.3 e 1.4 deste TR.
- 4.3.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, em até dez dias corridos.
- 4.3.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.3.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando *direito a ressarcimento*.
- 4.3.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.3.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



- 4.3.12 O prazo para emissão do laudo de aprovação/reprovação das amostras será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento das amostras e laudos.
- 4.3.13 O CRQ-IV reserva-se o direito de encaminhar amostras ao IPT, ou outro laboratório acreditado pela REBLAS, dos fornecimentos efetuados, às expensas do fornecedor, para verificação da conformidade dos produtos, de ambos os grupos.
- 4.3.14 Caso este CRQ-IV utilize o direito de encaminhar amostras para análise externa, o prazo para emissão do laudo de aprovação/reprovação das amostras será contado a partir do recebimento do relatório emitido pelo laboratório.
- 4.3.15 No caso de aprovação das amostras exigidas neste certame, o quantitativo de itens fornecidos poderá ser descontado do saldo total dos itens contratados, a critério da contratante, e deverá ser faturado com os demais itens da primeira ordem de compra emitida pela contratante.

4.4 Da exigência de carta de solidariedade

- 4.4.1 Na presente contratação não se aplica exigência de carta de solidariedade.

4.5 Subcontratação

- 4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência e seus anexos.

4.6 Garantia da contratação

- 4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

A - Primeiro, por tratar-se de entrega programada e parcelada, de itens usuais de mercado e com pagamento efetuado somente após a conferência e ateste dos fiscais, não havendo pagamentos antecipados para esta contratação, verifica-se que não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

B - Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

C - Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.



5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

- 5.1.1 As Ordens de Compras (OC) serão emitidas de acordo com a demanda mensal e enviadas à Contratante, durante um período de 12 meses, podendo variar de um mês para outro, podendo haver período sem demanda.
- 5.1.2 O prazo de entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de compra.
- 5.1.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.4 Os materiais deverão ser entregues na sede do Conselho Regional de Química – IV Região – Edifício Olavo de Queiroz Guimarães Filho - situado à Rua Oscar Freire, 2039, 2º Andar - Pinheiros, São Paulo/SP, A/C Gerência de Infraestrutura.

5.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3 Vistoria

- 5.3.1 O licitante poderá vistoriar os locais para verificar as instalações onde será realizado o fornecimento de produtos e as possíveis instalações de dispensers até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da Sessão Pública, com o objetivo de verificar as condições de fornecimento, ~~para a prestação dos serviços~~, mediante agendamento prévio com setor responsável por esta contratação – Gerência de Infraestrutura (GIE) pelo e-mail: thaisaiumi@crqsp.org.br.
- 5.3.2 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, o contratado não poderá alegar desconhecimento das condições e dificuldades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.
- 5.3.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Compras governamentais e as especificações constantes deste processo e seus anexos, prevalecerão sempre as últimas.



6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).



- 6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.12 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



- 6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.20 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto

- 7.1.1 O prazo de entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de compra.
- 7.1.2 Os materiais deverão ser entregues na sede do Conselho Regional de Química – IV Região – Edifício Olavo de Queiroz Guimarães Filho - situado à Rua Oscar Freire, 2039, 2º Andar - Pinheiros, São Paulo/SP, A/C Gerência de Infraestrutura - GIE.
- 7.1.3 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, no prazo de 3 (três) dias úteis, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.3.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos materiais a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.1.3.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.4 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

WWW.CRQSP.ORG.BR

qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado e no prazo de 2 (dois) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

- 7.1.5 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 7.1.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Da instalação dos dispensers:

- 7.2.1 A licitante responsável pela entrega dos itens do grupo 01-A e B deverá providenciar o fornecimento e instalação dos respectivos dispensers, em regime de comodato, em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da Contratante.
- 7.2.2 Quando houver necessidade de substituição de dispensers, seja por apresentarem defeito, sinais de avaria, desgaste, ou por estarem quebrados, o prazo para substituição será de até 05 (cinco) dias úteis após solicitação por escrito da contratante.
- 7.2.3 Os custos relacionados ao fornecimento e instalação dos dispensers serão de total responsabilidade da contratada.
- 7.2.4 Caso os produtos do Grupo 01- A fornecidos sejam compatíveis com os dispensers já existentes nesta Autarquia, ficará a critério do gestor do contrato decidir pela continuidade de seu uso sem a necessidade de substituição de todos os dispensers.



- 7.2.5 Mesmo que não sejam efetuadas as substituições de todos os dispensers pela hipótese do item anterior, fica a contratada ciente que deverá cumprir com o disposto nos itens 7.2.1 e 7.2.2 deste termo de referência.

7.3 Liquidação

- 7.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.3.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 7.3.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.3.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



- 7.3.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.3.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.3.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.3.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4 Prazo de pagamento

- 7.4.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.4.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula: ~~do índice IPCA de correção monetária.~~

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--



7.5 Forma de pagamento

- 7.5.1 Os pagamentos serão efetuados somente por meio de boleto bancário ou transferência eletrônica para o Banco do Brasil. Caso opte por receber o pagamento em outra instituição bancária, o custo da operação de transferência do numerário entre os bancos envolvidos será descontado do valor total da nota fiscal. Atualmente o valor da referida tarifa bancária é de R\$ 12,00.
- 7.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.5.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 Exigências de habilitação

- 8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3 Habilitação jurídica

- 8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



- 8.3.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.3.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.3.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.3.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.3.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



- 8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123 de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira

- 8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.6 Qualificação Técnica;

- 8.6.1 Comprovação de aptidão, mediante no mínimo 01 (um) atestado de capacitação técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprobatórios de atendimento satisfatório, similar ao objeto da presente licitação.
 - 8.6.1.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - 8.6.1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do



contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6.2 Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.6.2.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.6.2.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.6.2.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.6.2.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.6.2.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.6.2.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.6.2.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6.3 Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

8.6.3.1 Certidão simplificada, declaração ou documento similar, expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove o enquadramento do licitante na categoria de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma prevista no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

8.6.3.2 Nos casos de Microempreendedor Individual – MEI, a prova de habilitação jurídica também será considerada para fins de atendimento ao subitem acima.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

WWW.CRQSP.ORG.BR

- 8.6.3.3 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:
- (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e
 - (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.6.3.4 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.6.3.5 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.6.3.6 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.6.3.7 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 8.6.4 Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.6.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.
- 8.6.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.6.7 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.6.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Para alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa. O custo estimado da desta contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRQ-IV/SP.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: Elemento de Despesa: 33.90.30.008-Material de Limpeza e Produtos de Higienização.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do respectivo orçamento e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 25 de junho de 2024.

Equipe Técnica de Planejamento

Adriano Cavalcante da Silva
Integrante requisitante

Adeilton Mendes Ribeiro
Integrante técnico

Waldemir Menezes da Silva
Integrante do Setor de Contratações